



Manifesto da Unidade Independente Classista Combativa UICC à 1ª Primeira Plenária Intercongressual da APEOESP

E

Essa plenária intercongressual chamada a conta gotas pela burocracia sindical, e sob as bônus da Oposição Combativa, se mostra como um evento impotente, diante do brutal ataque desferido contra os trabalhadores da educação, no final do ano letivo, no mês de dezembro. Ocorre longe e às costas dos trabalhadores, que estão e serão atacados pelo punhal do desemprego em massa! Pelas péssimas condições de trabalho e de vida, num momento de imobilismo sem precedentes, marcado pela traição das direções sindicais que, ao invés de cumprirem seu papel histórico de organizar e mobilizar os trabalhadores na construção da GREVE, se aliaram à política de colaboração de classes do governo burguês Lula/Alckmin e, ao se contraporem à organização da GREVE durante todo o ano, se subordinaram às políticas e medidas do governo reacionário de Tarcísio. Essas direções aplicam a política de contenção das lutas políticas, desviando as lutas para a pressão parlamentar, os atos isolados, as moções de repúdio, os abaixo assinados, e a judicialização das necessidades mais sentidas pelos trabalhadores. Provaram que são incapazes de enfrentar a política autoritária, direitista e de desmonte promovida pelo governo Tarcísio/Feder.

Neste sentido, essa plenária não nasce como um instrumento de luta e resistência aos ataques implementados pelos governos de turno, realizados para que os grandes monopólios possam preservar a acumulação e ampliação de seu capital parasitário, mas como um evento colaboracionista e imobilista. Subordina-se às instituições e às políticas que vêm do Estado burguês, no intuito de manter seu lugar de intermediário entre o governo patrão e os assalariados, e deformar o instrumento de luta dos trabalhadores, fazendo dele um meio de vida. Longe de incluir a participação da base, inclusive nos critérios burocráticos, isola, fragmenta e divide os trabalhadores, ao manter o imobilismo que vem sendo aplicado durante anos, servindo apenas para legitimar sua paralisia, como parte da burocracia sindical que age em defesa da propriedade privada dos meios de produção da burguesia. Obviamente, é necessária a atuação independente, neste momento de aprofundamento da crise do regime capitalista que afunda, e faz emergir cada vez mais a barbárie social para os trabalhadores e suas famílias. Contudo, as assembleias democráticas ou conferências de base são fundamentais para que se organize qualquer resistência efetiva. Assim, essa plenária Intercongressual não responde às necessidades urgentes da categoria, e expõe a distância entre as bases e a burocracia sindical.

Os governos federal e estadual, de acordo com interesses do capital, implementa e acelera a suas políticas privatistas, têm implementado um verdadeiro projeto de destruição da educação pública. Assistimos ao avanço da privatização, seja por meio de parcerias público-privadas, terceirizações ou cortes orçamentários, o fechamento de salas de aula, turnos, escolas, redução do currículo científico, a ampliação das PEIs, a aplicação das reformas trabalhistas, previdenciária e tributária, da Reforma do ensino médio, tudo isso em benefício do parasitismo capitalista, e jogam sobre os ombros dos trabalhadores o peso da crise do modo de produção.

Além disso, ataques se intensificaram ao longo do ano, como as demissões em massa de professores contratados no início do ano letivo; imposição de metas; plataformização; redução da grade com cortes no número de aulas, que resultaram na redução salarial de professores; adoção de provas de mérito; leilão de escolas estaduais, que colocam instituições públicas à mercê de interesses empresariais.

Diante de tudo isso, a burocracia encastelada no interior do sindicato se omitiu e traiu a categoria, quando se recusou a organizar uma greve em defesa dos milhares de professores demitidos, ignoraram a necessidade de realizar reuniões de Representantes de Escola (R.E), não permitem aos trabalhadores de base que elejam diretamente seus delegados para os Congressos Sindicais, deixando os trabalhadores sem espaço para sua discussão, organização e mobilização, para enfrentar os ataques que estão acontecendo, e os que virão. Assim, estreitaram e reduziram a luta por salários a cursinhos para provas de mérito, aceitando passivamente a política do governo de arrocho salarial, e aprofundando a divisão entre efetivos e contratados. Submeteram o enfrentamento ao leilão das escolas a meros atos simbólicos e cheios de bravatas, sem impulsionar a luta política ou da base por meio de assembleias e na construção da GREVE.

A burocracia ainda se prestou ao papel de sustentar um concurso público para centenas de milhares de professores contratados, sem assumir a luta pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salários; sem defender a diminuição do número de alunos por salas de aulas; sem a

manutenção da EJA e do período noturno; sem a manutenção de todos direitos conquistados em nossa carreira.

Como se não bastasse, além de não organizar a luta com os métodos próprios da luta de classes, frente aos 40 mil demitidos no início do ano letivo, ao longo de todo ano assistiu à cessação de contratos por parte de gestores autoritários nas escolas, salvo raríssimas exceções, em sua maioria seguidas de assédio moral, sem nenhuma ação de defesa dos trabalhadores, chegando inclusive, em algumas situações, a ajudar e justificar a política do governo de turno, sem garantir a mínima defesa dos professores.

Portanto, essa plenária não passa de mais um movimento da burocracia sindical para disfarçar sua traição, mascarando o abandono dos trabalhadores com discursos vazios. A prioridade dessas direções, assim como de parte da oposição ao longo do ano, foi claramente outra, as eleições municipais, transformaram o sindicato em trampolim parlamentar, em detrimento da defesa dos trabalhadores da educação. Enquanto os professores, agentes escolares, trabalhadores da limpeza e copa, enfrentavam perseguições políticas, retirada de direitos e o desemprego, as direções se ocupavam de campanhas eleitorais e articulações com seus partidos.

Para que serve essa plenária? Apenas, e tão somente, para comprovar e corroborar que a política da direção burocrática sindical, com a cumplicidade contemplativa de parte da Oposição Combativa, tem levado os trabalhadores da educação, de derrota em derrota, para a bancarrota, a destruição, a aflição, o desespero, o pessimismo.

POR QUE ESTAMOS AQUI?

No intuito de denunciar esta infame desmobilização dos trabalhadores, frente a este cenário de violento ataque reacionário de uma burguesia e de seus governos direitistas. Assim, reafirmamos que a única forma de enfrentar os ataques é através da mobilização direta, nas ruas, construindo um movimento combativo e enraizado nos métodos históricos da luta de classes, recuperando o sindicato para a luta, com independência de classe, na construção da greve. Através dos métodos experimentados e acumulados nas lutas políticas dos trabalhadores, contra o capital e seus lacaios, são eles: as assembleias para decidir os rumos do movimento; ação direta com ocupações, paralisações e manifestações massivas para pressionar os governos; trancaços de ruas e avenidas; fortalecimento dos espaços de debate e articulação e decisão das bases, como reuniões de R.E.

Por isso, a Unidade Independente, Classista e Combativa comparece a essa plenária na defesa das reivindicações de todos os trabalhadores da educação, que devem ser discutidas e deliberadas pelo conjunto na assembleia, amplamente convocada e sustentada pelo sindicato, na luta pela democracia operária, bem como pela construção de um plano de lutas assentado nos métodos da luta de classes contra os governos e o regime capitalista em decomposição.

NOSSAS DEFESAS:

DEFESA DO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO!

A crise capitalista, nas tendências bélicas e a luta de classes mundiais, influenciam diretamente a conjuntura nacional e internacional, pois impulsionam as contradições entre as classes. A destruição de forças produtivas mundiais, a repressão aos movimentos, a violenta opressão nacional e as contrarreformas contra a vida das massas são os métodos da burguesia mundial para manter seus lucros, destruindo nações, oprimindo povos, aumentando a exploração sobre os países semi-coloniais e destruindo contingentes enormes de trabalhadores.

Essa política tem sido aplicada mundialmente por todos os governos de turno, condiciona e determina as medidas de implementação da intitulada austeridade fiscal, em prol da burguesia em decadência.

A correta análise e caracterização desse período e de suas tendências permite estabelecer um PLANO DE LUTAS com as estratégias, táticas e estabelecer as tarefas mais adequadas para avançar na luta pelos empregos, direitos e salários, e para dar passos na nossa emancipação de classe. Além disso, é na nossa organização de classe - o sindicato - que podemos construir e fortalecer o internacionalismo proletário, impulsando ações efetivas na solidariedade de classe, contra os ataques perpetrados aos trabalhadores em nível mundial e, sobretudo, para derrubar os lacaios sindicais que se esmeram como fiadores da política de sujeição da classe sob o jugo do capital. É preciso que as CENTRAIS SINDICAIS e as DIREÇÕES SINDICAIS saiam de

seu imobilismo e criem as condições para a GREVE GERAL, única forma efetiva de garantir e lutar pela solidariedade do povo palestino, contra o genocídio do enclave sionista de Israel, que como braço articulado do imperialismo passou a atacar ostensivamente os trabalhadores no Oriente Médio, contando com o temor e a cumplicidade da burguesia árabe.

O proletariado é internacional. Nossa luta também deve ser! Pela destruição do enclave de Israel! Que os sindicatos e as centrais sindicais atuem para parar a máquina genocida, com greves, piquetes e boicotes!

• **A REAL INDEPENDÊNCIA DE CLASSE:** os sindicatos devem ser independentes política e organizativamente de todos os governos burgueses, do Estado e dos partidos políticos da burguesia. O que significa dizer que não podemos admitir que a direção da APEOESP exerça a política de conciliação de classes, negociando migalhas com os governos as costas dos trabalhadores, enquanto os mantém desmobilizados;

• **ORGANIZAR A VANGUARDIA CLASSISTA SOB O PROGRAMA E ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIA:** colocar na ordem do dia o programa de revolução permanente contra a burguesia e seus serviços os governos de turno e os traidores sindicais, fazendo uso e no confronto a partir dos métodos historicamente construídos pelos trabalhadores na luta de classes;

• **UNIFICAR AS LUTAS DOS EXPLORADOS E OPRIMIDOS,** sob um plano comum de reivindicações, em defesa dos empregos, salários, moradia, saúde, transporte público, etc. O princípio da fraternidade e solidariedade de classe e de fortalecimento das lutas exige que as entidades sindicais respondam de forma unitária às reivindicações dos trabalhadores, unidade se constrói na luta política;

• **ABAIXO A PRIVATIZAÇÃO E POLÍTICA DE CONVÉNIOS POR MEIO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS!** São inúmeras as formas de privatização impostas pelo governo, desde a entrega da gestão das escolas para a iniciativa privada, ou o projeto de construção de escolas com entrega direta ao setor privado, por meio dos leilões. Outra forma de privatização, que já avançou na rede estadual e começa a ser introduzida na rede municipal, é a plataformação, compra de plataformas digitais e conteúdo para implantação do ensino a distância como parte da grade curricular.

• **REAJUSTE REAL DE SALÁRIOS** A alta inflacionária tem implicações diretas na carestia de vida, com a elevação permanente dos custos dos produtos e serviços de necessidade básica, o que exige a luta por reajuste real de salário automático a cada aumento dos preços, bem como que nenhum trabalhador ganhe menos que um salário-mínimo necessário para manutenção de uma família de até quatro pessoas (o cálculo atual do DIEESE é de aproximadamente R\$ 7.000,00).

• **PELA MANUTENÇÃO DOS DIREITOS E MELHORIAS PERMANENTES DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E ENSINO! AMPLIAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL!** A luta pela melhoria das condições de trabalho e manutenção das conquistas trabalhistas deve ser permanente, o que significa dizer que os trabalhadores precisam se levantar contra qualquer tentativa de retirada de direitos ou de rebaixamento das conquistas trabalhistas. Tratar das condições de trabalho passa pela defesa da ampliação do quadro de pessoal, pois o quadro insuficiente de trabalhadores em cada um dos segmentos é mais um elemento de precarização do trabalho, potencializado pela política de terceirização, como já mencionamos acima.

• **VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS /** É preciso compreender que a raiz da violência é a opressão de classe e que, portanto, suas manifestações são inerentes ao sistema capitalista, ditadura da burguesia contra a maioria oprimida. Como parte dessa estrutura mais ampla da opressão de classe da burguesia, nas escolas, se manifesta o sucateamento das condições de trabalho e ensino, o aumento da pressão por resultados nas avaliações externas e os retrocessos impostos pelas reformas trabalhistas, da Previdência e da terceirização, que implicaram a ampliação da precarização do trabalho (contratos extremamente precarizados da limpeza e cozinha, arrocho salarial aos servidores, exigência de maior tempo de trabalho para concessão da aposentadoria, confisco das aposentadorias, dentre outros).

Neste sentido, a luta contra violência nas escolas deve partir das reivindicações mais sentidas da classe: emprego a todos, salário (compatível às necessidades básicas de uma família), direitos e condições adequadas de trabalho e estudo.

Portanto, é necessário rejeitar as saídas burguesas que apontam para o policiamento nas escolas, medidas paliativas como formação com psicólogos ou ainda as reacionárias campanhas pela Paz. Os métodos devem ser os da luta de classes, construídos a partir da unidade entre trabalhadores, estudantes e comunidade escolar em assembleias convocadas pelos sindicatos e centrais sindicais. A autodefesa só pode ser construída na luta direta contra a opressão capitalista.

• **ABAIXO AS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES!** A implantação de escolas cívico-militares expressa a direitização da política burguesa, marcada pelo crescente autoritarismo, o controle ideológico e político sobre os movimentos, e a violência do Estado burguês dentro das escolas, reflexo da militarização das relações sociais pela burguesia e seus governos de turno sobre os explorados e oprimidos. Com a transformação das escolas em cívico-militares, não haverá melhoria dos índices de escolaridade ou educativos. Só aumentará a vigilância e autoritarismo sobre o trabalho dos professores, aprofundará a destruição da liberdade de cátedra, de pensamento e de crítica, princípios fundamentais da educação pública.

• **LUTAR PARA RESTABELECER A DEMOCRACIA OPERÁRIA:** Pleno funcionamento de todas as instâncias deliberativas de base. Defendemos o direito de os trabalhadores debaterem, decidirem e atuarem contra a centralidade da direção burocrática, sobre todos os assuntos que digam respeito à vida interna do sindicato e à luta pelas reivindicações;

EMPREGO E ESTABILIDADE A TODOS OS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO! ABAIXO A TERCEIRIZAÇÃO! PELA EFETIVAÇÃO IMEDIATA DE TODOS OS TRABALHADORES TERCEIRIZADOS E CONTRATADOS, COM ESTABILIDADE E ISONOMIA DE DIREITOS! FILIAÇÃO DOS TRABALHADORES TERCEIRIZADOS/CONTRATADOS E UNIDADE NA LUTA PELA EFETIVAÇÃO IMEDIATA! AUMENTO REAL DE SALÁRIOS! CONSTRUÇÃO DE UM PLANO DE CARREIRA E SALÁRIOS ELABORADO PELA BASE! LUTAR PELA DERRUBADA DAS REFORMAS TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIA, TRIBUTÁRIA E DO ENSINO MÉDIO! REDUÇÃO DE JORNADA, SEM REDUÇÃO DE SALÁRIOS! DESATRELAMENTO DOS GRÂMIOS ESTUDANTIS DO APARATO ESTATAL!

A defesa do emprego a todos com isonomia salarial e de direitos é um princípio de solidariedade de classe, pois os trabalhadores só possuem a sua força de trabalho para garantia da sua sobrevivência. A terceirização se tem apresentado como um mecanismo sofisticado da burguesia para potencializar a superexploração, jogando uma parcela cada vez maior no desemprego ou subemprego crônico. Por isso, a defesa do emprego a todos na atual conjuntura política e econômica passa necessariamente pela luta contra a terceirização e precarização do trabalho por meio dos contratos, com medidas concretas e imediatas, que ataquem a espinha dorsal dessa política, com a efetivação de todos aptos ao trabalho, sem necessidade de concurso público.

A categoria está passando pelo processo de atribuição de aulas, fechamento do período noturno, desemprego em massa; e a burocacia sindical, tendo sob sua sombra a oposição combativa, chama os lutadores para participarem dessa Plenária Intercongressual, enquanto os mesmos trabalhadores estão sendo apunhalados a todo momento. Ou seja, o ano passou, e não houve chamados aos trabalhadores para resistirem aos ataques. Essa mesma burocacia se ausentou da luta, para atuar em busca das eleições, para elegerem seus candidatos e continuarem blindando seus aliados no parlamento. Enquanto isso, a categoria não aguenta mais os ataques em diversos aspectos, como: assédio moral, salários defasados, condições de trabalho totalmente precária, falta de assistência e qualidade no convênio de saúde dos trabalhadores e seus agregados, levando muitos à morte, por esperar um tratamento específico e, ao mesmo tempo, terceirizando o iamspe, mesmo sendo pago pelas contribuições dos servidores, deixando o hospital com uma infraestrutura totalmente contrária ao cuidado de todos que necessitam da saúde. As políticas do governo federal, estadual e municipal se somam para aplicar medidas favoráveis ao capital, diante da crise do capitalismo, e blindarem suas estruturas para preservarem as conciliações e alianças de classe. Abrindo espaço para tarcísio/feder sucatearem os serviços públicos.

PELA DEFESA DO IAMSPE, NÃO À TERCERIZAÇÃO, E ATENDIMENTO A TODOS OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO. PELA ABERTURA DE SALAS DE RECURSO EM CADA UNIDADE ESCOLAR. PELO DIREITO AO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA PARA SER ATENDIDO NA SALA DE RECURSO IMEDIATAMENTE DEPOIS QUE OS PROFESSORES REALIZAM AS AVALIAÇÕES.

• **PLANO DE AEE** – Sabemos que o laudo médico é importante mas não pode ficar esperando um laudo médico para ter sua garantia de atendimento, por isso pode ser articulador com o profissional da área da saúde, tornando o laudo médico neste caso um documento anexo ao plano de aee, por isso não se trata de documento obrigatório, mas complementar, quando a escola julgar necessário. O importante é garantirmos a educação a esses estudantes.

QUE A SECRETARIA DA EDUCAÇÃO GARANTA TODOS OS RECURSOS PARA OS PROFESSORES TRABALHAREM. QUE NENHUM PROFISSIONAL TENHA DE USAR OS SEUS PRÓPRIOS EQUIPAMENTOS TABLET/CELULAR OU NOTEBOOK PARA TRABALHAR.